

Manifesto do Movimento Estratégico pelo Estado Laico (MEEL)

Brasília, 20 de junho de 2013

O Brasil vive hoje uma grande ameaça para a garantia de uma vida com dignidade e sem discriminação para todos/as os/as brasileiros/as, chamada fundamentalismo religioso. Após longo processo histórico que culminou em uma sociedade diversa e plural, vivemos um contexto de retrocesso e obscurantismo que ameaça um princípio democrático estruturante de nossa Constituição Federal: a laicidade do Estado.

Buscando contribuir para garantir que as decisões sobre a legislação, políticas e serviços públicos sejam baseadas em evidências e não em crenças religiosas de qualquer natureza, **o Movimento Estratégico pelo Estado Laico - MEEL** foi criado para somar-se aos esforços nacionais em prol da garantia da laicidade do Estado brasileiro e dos direitos humanos.

O Brasil é um Estado Laico, no qual não há nenhuma religião oficial. Um Estado laico não é um Estado ateu, plurirreligioso ou intolerante às liberdades religiosas. Em um Estado laico, não há nem perseguição religiosa nem favorecimento das religiões. É exatamente a laicidade do Estado que garante a liberdade religiosa e de crença de cada cidadão e cidadã. Em um Estado laico, **os órgãos públicos devem ser neutros em matéria religiosa**. Isso não significa que quem os integra não possa professar suas crenças individualmente ou com suas famílias e tampouco que sua liberdade de expressão possa ser cerceada. Significa apenas que sua atuação profissional não deve se pautar pelas suas crenças religiosas.

Assim, o objetivo do **MEEL** é defender o fim da crescente hegemonia religiosa que hoje tem fortemente influenciado a formulação e a execução das políticas públicas, assim como tem causado grandes retrocessos nas propostas do poder legislativo no Brasil. Há uma perversidade daqueles/as que em nome de uma determinada religião imprimem conceitos de bem-estar social atrelado ao funcionamento de políticas públicas, atacando direitos conquistados por grupos historicamente discriminados.

O crescimento do fundamentalismo religioso está se conformando em um projeto de poder obscurantista, de tendência fascista, que precisa ser combatido pelas forças progressistas e democráticas desse país. Um projeto de poder que estabelece a hierarquização humana: alguns podem amar, outros não; alguns podem ter direitos, outros não.

Esse projeto tem sido pautado por representantes religiosos e fundamentalistas no Congresso Nacional, em outras casas legislativas e em órgãos do executivo e do judiciário que não atuam de forma ética, desrespeitando a laicidade do Estado. O acesso desses grupos ao poder político é decorrência do aumento de seu poder econômico (alimentado por imunidades tributárias, recursos públicos e pela comercialização da fé) e do poder midiático, por meio de concessões públicas de rádio e TV.

A principal agenda desses grupos é reverter e impedir avanços dos direitos humanos das mulheres; de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT); da população negra e de adeptos das religiões afro-brasileiras, assim como, têm buscado estabelecer políticas repressivas e higienistas no campo das drogas.

O MEEL também questiona os partidos e políticos tradicionais, que baseados em uma visão eleitoreira, de curto prazo, que visa à conquista e manutenção do poder, têm rifado, em troca de apoio, a agenda de garantia de direitos humanos de grupos e minorias para os fundamentalistas religiosos. Essas alianças têm impedido a discussão sobre homofobia e sexismo nas escolas e na sociedade; têm permitido o avanço de projetos de Lei, tal qual a criação da "bolsa estupro"; impendem abordagens de direitos humanos na política de DST e AIDS; dificultam a implementação do ensino da histórica africana e indígena nas escolas; pressionam pelo financiamento de comunidades terapêuticas religiosas para tratamento de viciados em crack, sem estrutura adequada e sem profissionalismo; estimulam discursos de ódio e intolerância contra a comunidade LGBT e profissionais do sexo.

Na falta de mediação dentro do sistema político-partidário, os grupos fundamentalistas e machistas vêm monopolizando o debate sobre esses temas no Legislativo, com discursos públicos racistas, homofóbicos e sexistas que seriam impensáveis no Brasil há 10 anos atrás, gerando desinformação, contribuindo com o aumento dos crimes de ódio, com a discriminação, pavimentando um horizonte de retrocesso e intolerância.

Vivemos um momento de grande retrocesso e é preciso somar esforços e reagir. O MEEL conclama todas as organizações, movimentos sociais, cidadãos e cidadãs comprometidos em construir uma sociedade democrática e inclusiva, baseada nos direitos humanos, no combate ao racismo, machismo, homofobia e todas as formas de discriminação e intolerância; comprometidos com a justiça social, pluralidade, diversidade, sustentabilidade e felicidade; comprometidas com a liberdade e alteridade inerente a todo ser humano que venham construir o Movimento Estratégico pelo Estado Laico - MEEL.

Direitos Humanos e Laicidade Já!

Que as políticas públicas sejam pautadas pela Constituição Federal!

Que os agentes públicos ajam de acordo com a ética pública republicana e não religiosa!

Pela Liberdade de ser quem somos!

Realização



Apoio